

Projeto de Pesquisa CNPQ 2008: Renato Raul Boschi (IUPERJ) – NEIC (Núcleo de Estudos do Empresariado, Instituições e Capitalismo).

Capacidades estatais, empresários e políticas de desenvolvimento na América Latina

1.Introdução:

A discussão sobre as alternativas de crescimento da América Latina tem apresentado fluxos e refluxos em relação a uma perspectiva de se considerar o Estado como elemento propulsor do desenvolvimento. Após cerca de setenta anos, em média, em que os países da região se pautaram, em graus diferenciados, por um modelo de desenvolvimento por substituição de importações dirigido pelo Estado, a efetivação das reformas orientadas ao mercado teriam inaugurado um novo ciclo caracterizado pela adesão à globalização financeira com a crescente hegemonia do receituário neoclássico. A América Latina se converteu num verdadeiro laboratório de aplicação dos preceitos neoliberais, com variações de país a país quanto à intensidade, a amplitude e o próprio tempo das reformas. Medidas de ajuste macroeconômico, privatizações, reforma do Estado, a instauração de novas modalidades de regulação avançaram em ritmos, tempos e extensão diferenciados e também com resultados aparentemente díspares: maior ou menor vulnerabilidade a choques externos, distintos patamares de controle inflacionário, maior ou menor grau de capacidade instalada e complexidade do setor produtivo e, até mesmo, modalidades de coordenação mais centralizadas ou mais baseadas no mercado.

Num segundo momento, a instauração de regimes democráticos como parte desse processo, favoreceu, pela via de eleições populares, a ascensão de lideranças de esquerda e o retorno de uma perspectiva favorável ao intervencionismo estatal, em grande medida como uma resposta às promessas não cumpridas pelo conjunto das políticas de mercado quanto à retomada do crescimento e que tiveram como consequência o agravamento da crise social endêmica na região. Nesta onda, deflagram-se ações em diferentes países, que vão desde a implementação de políticas industriais até as renacionalizações de recursos estratégicos, em alguns casos – como na Bolívia – inaugurando um terceiro ciclo nesta direção. Em outros contextos, a incorporação da estabilidade monetária na nova agenda, marcada pelo temor do retorno da espiral

inflacionária, provoca debates acerca do receituário e, mais especificamente, quanto à dosagem dos instrumentos de controle envolvendo câmbio, taxa de juros e equilíbrio fiscal.

Observa-se, assim, um embate entre uma perspectiva favorável ao mercado comumente associada à eficiência e ao bom desempenho, portadora de um discurso bastante convincente quanto à manutenção rígida de certos preceitos, sobretudo na esfera da estabilidade monetária, de um lado, e uma tradição desenvolvimentista fundada na necessidade de recuperação de capacidades estatais, geralmente identificada com arcaísmo, nacionalismo inconseqüente, protecionismo e atraso, de outro. De um lado prevalece uma certa naturalização da perspectiva ortodoxa quanto aos benefícios de coordenação pela via do mercado e a insistência na tese de que os parcos resultados em matéria de crescimento se deveriam ao fato de que as reformas não avançaram suficientemente. De outro lado se contrapõe um discurso que ainda não teria se imposto eficazmente, visto que tem sofrido críticas tanto por parte das esquerdas mais radicais quanto por parte dos setores mais conservadores, sobre a necessidade de recuperação de capacidades estatais como um fator de desenvolvimento.

Desta forma, tudo indica que as saídas para o desenvolvimento não se situam no aprofundamento do modelo ortodoxo, fazendo *tabula rasa* das capacidades estatais acumuladas ao longo da trajetória pregressa do estatal desenvolvimentismo e mantendo quase intocáveis os fundamentos da estabilidade com a integração cada vez mais intensa de cada país nos circuitos financeiros globalizados. Por outro lado, tampouco parece razoável uma postura de rejeição radical dos elementos apontados como fatores de estabilidade, apostando na ruptura como a única possibilidade de se avançar na direção de retomada do desenvolvimento. Hoje em dia o quadro encontra-se bastante matizado, seja porque os mercados financeiros internacionalizados operam com relativa autonomia e impõem um conjunto de limites à atuação dos estados nacionais no seu conjunto, seja porque a percepção sobre os efeitos nefastos da operação de mercados auto-regulados do ponto de vista social já teria sido incorporada como uma dimensão importante pelos próprios críticos internos da globalização.

Um dos aspectos distintivos do novo cenário, como quer que se defina a globalização, seja, de um lado, no seu entendimento enquanto a consolidação de uma modalidade

particular de organização do poder político no formato de Estados Nações em escala global, ou de outro, enquanto expansão do sistema mundial capitalista, é precisamente a dissociação entre soberania, território e legitimidade, tríade que se constituiu no pilar de sustentação da ordem moderna a partir do século XVI. Tal separação coloca um novo desafio no que diz respeito à definição de uma agenda típica, mas não exclusiva da esquerda, fundada em estratégias nacionais de desenvolvimento como proteção ou enfrentamento da ordem de mercado dominante. Mas também recoloca o Estado como um ator primordial, senão mesmo o único, capaz de protagonizar um projeto de desenvolvimento e de galvanizar os segmentos da sociedade que reagem aos efeitos desagregadores da expansão de mercados, na forma de movimentos sociais, ou como tem sido o caso mais recentemente na América Latina, pela via dos processos eleitorais que se seguiram à redemocratização de vários países da região. Ou ambos.

2. Fundamentação teórica:

A possibilidade de se considerar a centralidade do Estado numa série de processos contemporâneos implica na especificação de “capacidades estatais” como um conjunto de dimensões que variam temporal e contextualmente. Variações no conteúdo e ênfase substantiva das análises e abordagens da ciência política quanto ao papel do Estado refletem esta dinâmica.

2.1) Visões em Confronto: Estado mínimo e Intervenção estatal na perspectiva da Ciência Política:

Uma leitura possível das principais tendências teóricas na Ciência Política da segunda metade do século XX até o presente é a de que grande parte da produção se alinha, implícita ou explicitamente, ao longo do eixo estado mínimo versus intervencionismo estatal, fornecendo um pano de fundo para se situar o debate acima delineado que se trava contemporaneamente para se analisar a América Latina.

Um mapeamento preliminar das principais concepções sobre o Estado presentes na literatura internacional, caracterizando os aspectos que nortearam as reformas institucionais de corte neoliberal de primeira geração, a avaliação das mesmas

empreendida pela segunda leva de estudos numa perspectiva neo-institucionalista e os desdobramentos recentes desta discussão, no que diz respeito ao desempenho do estado, indica que tal foi o caso.

Tendo como ponto de partida a crise do Estado intervencionista nos anos 1970, após sua expansão no período conhecido como a “era dourada”, que teve início ao final da segunda guerra, pode-se constatar como a trajetória que teria levado à predominância de visões calcadas na noção de “estado mínimo” que veio a informar todo o processo de reformas institucionais levadas a cabo nos países avançados e nos países em desenvolvimento, constituiu-se a partir de um diálogo com a perspectiva do estado interventor preconizada nas abordagens de cunho keynesiano na economia. Por sua vez, esta última se traduziu na ciência política em termos de abordagens centradas na consideração do Estado como unidade de análise e na valorização do seu papel enquanto ator.

Pode-se, assim, dizer que a produção mais recente da ciência política foi marcada pela negação e redescoberta do Estado na confluência entre mercados, interesses e desenvolvimento. De Weber a Tilly, as origens do Estado moderno e os seus nexos com o desenvolvimento do capitalismo constituem um campo de acirrados debates envolvendo, no caso deste último autor, sobretudo, o entendimento acerca de como se produz a ação coletiva, seja no sentido da cooperação para a consecução de metas positivamente definidas, ou como forma de contestação do poder. A vasta obra de Charles Tilly sobre a formação dos Estados nacionais, entre os quais o trabalho que examina o processo entre termos da relação entre capital, coerção e atividade bélica (TILLY,1990) revela o enorme esforço analítico e empírico envolvido nesta tarefa que, no limite, consiste em enfrentar a problemática central das ciências sociais relacionada a uma teoria da ação coletiva e da mudança institucional.

Os desafios subjacentes à explicação das origens do Estado seriam da mesma natureza daqueles envolvidos na compreensão da sua transformação e do seu papel no cenário contemporâneo. Trata-se de explicar as formas de ação coletiva em torno da implementação e defesa de determinados interesses canalizados ao aparato estatal ou a ação na forma de movimentos de contestação ao monopólio de sua autoridade. Em meio a intensas polêmicas, é possível argumentar também que a emergência do Estado

moderno teria viabilizado a ordem capitalista e a sua expansão como um sistema dominante de âmbito global.

Conquanto aparentemente simples, situar o Estado como um conjunto de estruturas, atores e procedimentos no contexto do sistema capitalista é tarefa crucial para se entender sua dinâmica de funcionamento, pautada que está pela atuação de grupos de interesse do capital e do trabalho, de outros atores coletivos dentro e fora do aparato estatal, e pela própria maneira de se definir as metas e os meios para se atingir o objetivo básico do crescimento econômico. É preciso ter em conta também que os instrumentos para a consecução das metas de crescimento são variados e que a escolha de um determinado conjunto de instrumentos implica a mobilização de apoio social, a formação de coalizões de suporte, a difusão de valores favoráveis às diferentes opções, a organização da ação coletiva em diferentes formatos institucionais (partidos, associações, sindicatos, etc), tudo isso com implicações quanto aos recortes e os limites que se estabelecem entre o público e o privado, com conseqüências acerca do tamanho e da natureza do Estado daí resultante. O já clássico trabalho de Gourevitch (1986) nesse sentido, aponta que as crises cíclicas do capitalismo ensejam a mudança de escolhas por determinados pacotes de política econômica (*laissez-faire*, mercantilismo, planejamento centralizado, estímulo à demanda, políticas industriais) e que a natureza do Estado resultante vai depender não apenas de tais escolhas mas também da possibilidade de elas se constituírem num modelo dominante.

A relação desses processos com intentos de reforma institucional parece clara: não existiria uma modalidade fixa de Estado capitalista e as opções por determinado tipo de concepção do Estado, num sentido mais amplo, e de reforma administrativa num sentido mais restrito, estariam pautados por essas diferentes orientações de política econômica que definem, além do mais, a natureza das relações do Estado com o mercado. Os resultados da adoção de certas fórmulas institucionais vão depender de características contextuais e, sobretudo, das diferentes trajetórias históricas que teriam levado à conformação do Estado e das instituições em cada caso (NORTH, 1990, 1998).

As análises no *mainstream* do pensamento de corte liberal, transitando entre o econômico e o político, proviam justificativas teóricas e empíricas para a defesa do Estado mínimo e despolitizado, as quais deram embasamento ao projeto das reformas

institucionais do chamado “Consenso de Washington” e as reformas administrativas de segunda geração na linha da “Nova Gestão Pública”. Na discussão da ciência política norte americana, a noção de Estado é abandonada em favor da noção de sistema político que passa a informar, num veio funcionalista, as análises sobre os processos de desenvolvimento e modernização. Os modelos institucionais americano e Westminster foram situados como um ponto em relação ao qual os países menos desenvolvidos tenderiam a convergir. A ênfase na noção de pluralismo como formato de competição de interesses, bem como a neutralidade do Estado frente a interesses específicos, passam a compor um possível universal de sistema político, único capaz de enfrentar o desafio do crescimento econômico sob regimes democráticos competitivos. De outro lado, os trabalhos no veio da ação racional preconizavam a noção de Estado reduzido como maneira de se coibir a atuação predatória de *rent-seekers*. Um pequeno trabalho sobre a relação entre o padrão das demandas de grupos de interesse, a arena em que as mesmas eram canalizadas (Legislativo por oposição ao Executivo) e o tipo de políticas que a cada uma delas se relacionava (regulatórias ou redistributivas), constituiu uma primeira inflexão neste campo de pensamento ao sugerir a possibilidade de convivência de formatos pluralistas e formatos mais concentrados de interesses organizados (LOWI, 1964).

Curiosamente, é pela via de uma explicação alternativa sobre a atuação de grupos de interesses no estado capitalista que a tradição de cunho mais intervencionista e desenvolvimentista vai ser retomada. Estudos sobre o desenvolvimento industrial da Europa continental, realizados numa perspectiva histórico-comparada, na mesma linha de estudos clássicos sobre as modalidades de expansão do sistema capitalista (GERSCHENKRON,1962; SHONFIELD,1965) num veio da economia política que remonta a Polanyi (1944), vão salientar os aspectos virtuosos da atuação de grandes coalizões envolvendo interesses do capital e do trabalho, organizadas em associações abrangentes, ensejando, a partir de coordenação com o Estado, modalidades de intervenção altamente favoráveis às políticas de desenvolvimento industrial. Desta forma, do abandono do Estado, passa-se à sua re-introdução em cena, que se deu com a publicação de uma coletânea de estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo industrial focalizando o caso de países da Europa continental. Tendo como trabalho central o texto de Skocpol (1985) que dá nome à coletânea, “*Bringing the State Back In*” abriu um espaço, ainda que um pouco tardiamente, já num momento de declínio da

chamada Era Dourada, para a retomada de uma perspectiva mais intervencionista e positiva acerca do papel do Estado no processo de desenvolvimento econômico capitalista.

Uma profusão de trabalhos na agenda de pesquisas aberta por esse estudo emergiram a partir de então, trilhando o veio da representação de interesses organizados, por um lado, e o veio da avaliação dos resultados do Estado de Bem Estar, por outro. A partir de um artigo que se tornou referência neste campo de estudos, Schmitter apresenta no seu “Ainda o Século do Corporativismo?” uma tipologia distinguindo o pluralismo do corporativismo estatal de corte autoritário, em voga no início do século XX, e também do corporativismo societal, este último mais característico dos países de industrialização tardia na Escandinávia e Europa Central. No veio social democrata e democrata cristão, chegou-se ao estabelecimento de arranjos abrangentes de organização dos interesses, articulados em formatos tripartites com o Estado para a implementação de políticas sociais e industriais (SCHMITTER & LEMBRUCH, 1979). Outro trabalho importante salientava a atribuição de status público aos grupos de interesse como o fator que teria possibilitado a alguns países, sobretudo a Alemanha, a recuperação econômica através de políticas industriais (OFFE, 1981). Escapa aos objetivos do presente texto um aprofundamento nesta literatura, extremamente vasta e rica do ponto de vista de salientar os aspectos virtuosos da intervenção estatal viabilizada por um tipo específico de arranjo institucional. O importante é salientar aqui como os arranjos neo-corporativos foram determinantes para se assegurar a cooperação entre os atores internos que buscavam atingir em comum metas de produtividade, assegurando desta forma a competitividade dos pequenos países europeus no cenário internacional (KATZENSTEIN, 1985). Estes arranjos foram também importantes para orientar os esforços na direção de políticas setoriais (LEMBRUCH & SCHMITTER, 1982) e na coordenação entre governo e atores privados do capital e do trabalho (SCHARPF, 1991).

Este conjunto de análises retomando a perspectiva intervencionista, com forte destaque para o papel da dimensão institucional e estrutural, teve sua contrapartida na emergência de trabalhos focalizando o desempenho do Estado na esfera social. Curiosamente, os estudos de avaliação dos resultados do *Welfare State* começam a surgir juntamente com a percepção sobre os efeitos da crise, já em curso, desde o início dos anos 70, a partir do

primeiro choque do petróleo, do desequilíbrio fiscal do Estado (O'CONNOR, 1973) e da estagflação resultante. Todo esse processo, como é sabido, enseja também o início das reformas institucionais da era Reagan e Thatcher, acionadas a partir da liberalização financeira.

Anteriormente marcados por trabalhos que fundamentalmente procuravam associar o surgimento de políticas de proteção social ao processo de desenvolvimento econômico, os trabalhos desta fase estabelecem uma vasta agenda de pesquisa (SKOCPOL & AMENTA, 1986) que deriva de uma compreensão sobre a centralidade da intervenção estatal sobre os mercados no sentido de se assegurar a necessária contrapartida do desenvolvimento econômico: a equidade social. Um estudo central nesse sentido foi o de Esping Andersen focalizando a importância da política na atuação contra os mercados (ESPING ANDERSEN, 1985). Este trabalho ensejou uma série de debates em torno da dimensão política em sentido restrito, em termos de uma discussão sobre o papel da social democracia (PRZEWORSKI, 1985), evoluindo mais tarde para a análise substantiva das modalidades de cobertura social. Num estudo que se tornou referência neste campo de análise, Esping-Andersen classifica e especifica o conteúdo de três modalidades de *welfare*: o modelo de cobertura universal da social democracia, o modelo segmentado e mais conservador da democracia cristã e o modelo liberal de natureza residual, cada um deles caracterizado por diferentes graus em que as políticas assegurariam a “retirada dos indivíduos do jugo do mercado”. Grande ênfase é conferida na análise ao papel das diferentes coalizões políticas que são a base de apoio para os distintos mundos da política social (ESPING-ANDERSEN, 1990).

A esta altura, o processo de reformas na direção do mercado já havia avançado bastante, principalmente na Inglaterra, criando espaço para a tentativa de se aplicar o mesmo conjunto de políticas nos países da periferia capitalista. As reformas incluídas no “Consenso de Washington” tinham por objetivo a aplicação de um conjunto de políticas voltadas ao enfrentamento da crise de estagnação, inflação e dívida externa para que os países, sobretudo da América Latina, pudessem retomar o curso de crescimento econômico. Entre as propostas para as reformas de primeira geração situavam-se a disciplina fiscal, a redução do tamanho do Estado com o conseqüente redirecionamento de gastos públicos, a reforma tributária, liberalização financeira, taxa de câmbio estável, liberalização comercial, supressão de barreira a investimentos estrangeiros diretos, a

privatização de empresas públicas, a abolição de regras para a entrada de novas empresas e a garantia legal de direitos de propriedade (WILLIAMSON, J.1993).

O início das reformas institucionais de primeira geração ensejaram a emergência de análises na perspectiva que passou a ser conhecida como neo-institucionalista. Estudos nessa abordagem que floresceram estimulados pela onda de reformas, ressaltam a importância das instituições, definidas de maneira restrita enquanto regras formais que moldam o comportamento dos atores e, de maneira mais ampla, como um conjunto de procedimentos formais e informais, historicamente construídos, para o desempenho econômico e eficiência das políticas. Um artigo central na definição da perspectiva neo-institucionalista chama a atenção para a existência de três correntes: uma primeira retomando o veio dos estudos da escolha pública que enfatiza as instituições como regras que definem o quadro dentro do qual se dariam as interações estratégicas de atores racionais e maximizadores de utilidades; uma segunda que remonta à sociologia das organizações e procura interpretar o papel das instituições em termos de normas de comportamentos e, finalmente, uma terceira que também utiliza uma definição mais ampla e chama a atenção para as trajetórias históricas que resultaram em determinados arranjos institucionais (HALL & TAYLOR, 1996). Do ponto de vista da consideração de processos de desenvolvimento enquanto relacionados a certas configurações institucionais, o esforço mais importante se situa no trabalho de Douglas North, o qual se dirige, mais especificamente, a uma tentativa de teorizar sobre a mudança institucional. O autor argumenta que a geração de ciclos virtuosos de desenvolvimento estaria vinculada, entre outros fatores, a um processo de depuração institucional que operaria pela instauração de instituições capazes de reduzir os custos de transação e aumentar a eficiência. Por outro lado, o autor sugere também a possibilidade de aprisionamento de trajetórias que induzem à ineficiência e travam o processo de desenvolvimento, como as que se verificam no caso dos países menos desenvolvidos da periferia capitalista (NORTH,1990).

No quadro de uma avaliação das reformas de primeira geração, tem início a difusão da perspectiva da reforma do Estado na linha da *New Public Management*. Além da preocupação com o equilíbrio fiscal, essa perspectiva inclui também a noção do público não estatal e a governança, com grande atuação das agências multilaterais estabelecendo condicionalidades e supervisionando a sua implementação. Após cerca de uma década

desde a adoção das primeiras reformas orientadas ao mercado, com tempos distintos nos diferentes países que as implementaram, uma avaliação preliminar indicava os poucos resultados das políticas levadas a cabo, tanto do ponto de vista do crescimento econômico, quanto principalmente do ponto de vista social. Mas tal avaliação credita o fracasso ao fato de as reformas não terem sido ainda implementadas na sua totalidade (KUCZINSKI & WILLIAMSON, 2004). A segunda leva de reformas enfatiza ainda mais a necessidade de se completar o quadro anterior de reformas com base no fortalecimento das instituições. É nesse contexto que surge a idéia da reforma do Estado na linha da “Nova Gestão Pública”, idealizada pelo Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, ainda como um antídoto à possibilidade de uma perspectiva intervencionista como solução. Desta forma, ao lado de propostas da escola da escolha pública (WILLIAMSON, 1985) que viam a necessidade do Estado se concentrar nas tarefas em que se desempenhava bem, abandonando outras, surge a perspectiva do “gerencialismo”, cujo pressuposto fundamental é o de que o setor público deveria se pautar pelo mesmo tipo de visão administrativa que impera em setores privados bem sucedidos. A idéia, de fácil consumo e repercussão, vai identificar na burocracia de tipo weberiano a causa dos problemas quanto à atuação do Estado no cenário dos países em desenvolvimento e propõe a sua substituição por fórmulas que consistem, ou na devolução ao setor privado de atividades-fim ou o estabelecimento de parcerias capazes de viabilizar a “governança”. Além de mínimo, o Estado deve ser também eficiente. As boas práticas de governança, segundo o Banco Mundial, consistiriam na criação de um regime regulatório capaz de promover a competição em termos de uma atuação conjunta com mercados, a geração de um ambiente macro-econômico estável para a ação dos mercados, a eliminação da corrupção e a garantia dos direitos de propriedade. Todo esse conjunto de medidas pode ser resumido em termos da percepção do Estado enquanto funcional, isto é, voltado ao objetivo de servir à geração de um mercado eficiente.

As reformas institucionais em curso e os processos de redemocratização na periferia capitalista haviam ensejado, desde o início da década de 90, o surgimento de estudos sobre a relação entre democracias e mercados. Alguns desses trabalhos, de um lado se alinharam com a perspectiva do Estado mínimo, salientando, numa abordagem institucional, a necessidade da limitação da política e a interferência de fatores políticos sobre o mercado, sugerindo o insulamento, a autonomia decisória, a dimensão técnica e o reforço do Executivo como possíveis medidas de reforma, contornando os obstáculos

à governabilidade que se interpõem no processo decisório e também a ação coletiva de opositores das mesmas (HAGGARD,1990; HAGGARD & KAUFMAN, 1992; GEDDES, 1995). Tendo a América Latina como base empírica, alguns estudos chegaram também a sugerir, com muita ênfase, que o problema dos países latino-americanos residia na vigência de uma matriz institucional perversa combinando presidencialismo, federalismo, representação proporcional e multipartidarismo, preconizando, em consequência, a necessidade de reformas políticas radicais como uma limpeza de terreno, sem as quais a governabilidade, independentemente de outras reformas, não seria assegurada (MAINWARING, S. & SHUGGART, M.1997) . De outro lado, alguns outros trabalhos foram mais críticos das propostas e dos efeitos das reformas neoliberais na América Latina, projetando inclusive um cenário de possível instabilidade política advinda da ineficácia desses programas no que tange à dimensão social (ACUÑA & SMITH, 1994; SMITH, ACUÑA & GAMARRA, 1994).

Por outro lado, as análises mais afinadas com uma perspectiva intervencionista no veio do desenvolvimento capitalista continuavam a afirmar as tendências à disparidade de resultados e diferenciação dos processos de reforma em diferentes áreas do sistema internacional. Confrontando a expectativa de análises institucionais que afirmavam a convergência entre democracias e mercados como um resultado da aplicação das reformas neoliberais, estudos retomando as tradições da economia política numa perspectiva histórica (SENGHAAS, 1985), outros focalizando a relação entre desenvolvimento capitalista e democracia, por exemplo (RUESCHMEYER, STEPHENS & STEPHENS 1992), mostravam, ao contrário, as diferentes trajetórias e as conjunturas críticas que traçaram os caminhos para a democracia e o desenvolvimento capitalista. No veio da sociologia econômica, numa tradição que pode ser traçada a Polanyi (1944) e passa pelo trabalho de Granovetter (1985) sobre o papel das redes e dos sistemas sociais de produção, outros estudos chamaram a atenção para a importância do embasamento social que diferencia o Estado desenvolvimentista, num extremo, do Estado predatório, em outro (EVANS, 1992, 1995).

Finalmente, uma linha importante de estudos pode ser identificada por autores que enfatizam as modalidades de relação entre o setor empresarial e o Estado como um fator explicativo do sucesso de certas experiências de desenvolvimento. Criticando Olson e focalizando nas associações de interesse do empresariado em países do Leste Asiático e

da América Latina, esses estudos mostram que o desempenho econômico está fortemente relacionado a uma colaboração entre os grupos de interesse do setor privado e o Estado, na medida em que as associações de classe contribuem para a correção de falhas de mercado, além de serem funcionais na solução de problemas de coordenação (SCHNEIDER & MAXFIELD, 1997; SCHNEIDER, 1995).

Em vista dos poucos resultados da primeira leva de reformas, se alinharam também numa perspectiva crítica, alguns dos que se perfilavam entre os formuladores originais das políticas de ajuste estrutural, sugerindo correções voltadas a uma preocupação com o cidadão, no contexto das democracias de massa. Nesta última linha, ressaltam-se os problemas relativos à transparência e à possibilidade do exercício de algum tipo de controle das atividades do Estado pelo cidadão ensejando, assim, diagnósticos que passam por modalidades de descentralização com participação na gestão de políticas públicas e *accountability*. Tratadas inicialmente como práticas incorporadas como desejáveis pelas agências internacionais para a implementação de políticas de desenvolvimento, esses formatos de governança partilhada se difundiram rapidamente, sobretudo no âmbito dos países em desenvolvimento, em termos da adoção de diferentes formatos de conselhos e outras estruturas descentralizadas capazes de garantir supervisão e aprimoramento decisório, ao mesmo tempo em que, através da participação, se supririam lacunas quanto ao funcionamento da democracia representativa. O pressuposto subjacente é que tais inovações combinariam maior eficiência (através da redução da carga administrativa do Estado centralizado com parcerias público/privado e transferência de responsabilidades para níveis inferiores de governo) com maior qualidade da democracia (através de mecanismos de participação popular e transparência das ações de governo).

O que se pode concluir a partir do cotejamento dessas diferentes perspectivas analíticas é o fato de que, *a despeito da adoção de um conjunto de reformas segundo um receituário bastante semelhante, não teria ocorrido convergência quanto aos resultados entre diferentes países do capitalismo avançado, menos ainda entre esses e os países em desenvolvimento da periferia, bem como tampouco entre os que compõem esse segundo grupo. O que se observou foi, antes, a redefinição do intervencionismo estatal, levando a diferentes modalidades de capitalismo e assim também a diferentes estados, pautados, sobretudo, por diferentes formas de articulação entre os planos do*

político e do econômico. É possível, no entanto, se identificar “modelos típicos” de acordo com a presença de certas características ou segundo o grau e as formas em que se combinam dimensões de estado e mercado.

Se por um lado o conjunto de políticas associadas à visão sobre o predomínio do mercado se tornou hegemônico com o chamado “Consenso de Washington”, paralelamente emergia uma visão contrária, informada por estudos acerca do desempenho de economias e países nos quais, a despeito de imperarem os mecanismos de mercado, o Estado exercia um papel expressivo de coordenação de políticas no âmbito econômico e social, com resultados bastante surpreendentes. Essa perspectiva nega a primazia do mercado e salienta, em contraste, a noção de modalidades de intervencionismo estatal, na qual a avaliação do desempenho não se pauta apenas por critérios de eficiência, mas pelo aprimoramento de “vantagens institucionais comparativas”.

2.2) Variedades de capitalismo e modalidades de intervencionismo: aplicações ao caso latino americano

As análises sobre o desenvolvimento numa perspectiva histórica não foram de fato abandonadas, seguindo uma tradição que, como vimos, remonta ao trabalho de Polanyi (1944) passa por estudos clássicos como o de Gershenkron (1962) sobre o atraso econômico numa perspectiva histórica, incluindo o também clássico trabalho de Shonfield (1965) que analisa comparativamente o desempenho de países do centro do sistema capitalista. Na perspectiva da ciência política americana, como também focalizamos anteriormente, os estudos tomando por base o Estado foram abandonados em favor de análises enfatizando a modernização e a eventual convergência institucional dos países em desenvolvimento com os países de tradição pluralista e liberal. Enquanto os estudos nessa vertente eram otimistas quanto a essa modalidade de transição, os trabalhos numa vertente marxista ou no veio histórico desenvolvimentista salientavam os limites às possibilidades de crescimento econômico na periferia, como foi o caso, na América Latina, da tradição estrutural cepalina, das teorias da dependência e também das teorias sobre o sistema mundial que situavam alguns países

da região na categoria de semi-periferia (WALLERSTEIN, 1974). Os dilemas quanto às alternativas de desenvolvimento apontavam, desde a possibilidade de desvinculação ao sistema mundial, passando por diagnósticos que preconizavam a possibilidade de se explorar brechas no sistema e se desenvolver de uma maneira associada ao capitalismo central, até as afirmações de total impossibilidade de se implementar políticas de desenvolvimento no contexto do sistema capitalista, cada vez mais interdependente e hegemônico.

As discussões contemporâneas sobre alternativas de desenvolvimento replicam um pouco desse debate, agora adaptado à possibilidade de desenvolvimento no âmbito de um sistema capitalista expandido, ainda mais interdependente e globalizado, com graus expressivos de concentração da riqueza no eixo dos países avançados do Norte, a partir de fluxos de capital que se dão preferencialmente entre os três subsistemas que o compõem: o bloco norte-americano, a comunidade européia e os países do nordeste e do leste asiático liderados pelo Japão. Que alternativas se colocariam para os países da periferia, para a América Latina em particular, que teria demonstrado, a partir de políticas intervencionistas sob um modelo de protecionismo e industrialização substitutiva, um razoável desempenho em termos de taxas constantes de crescimento, ainda que sem a contrapartida no plano da redução da pobreza e das desigualdades estruturais?

O fato de que os graus de liberdade dos governos no sentido da alocação de investimentos produtivos estejam bastante reduzidos, dada a perda de centralidade do Estado como o agente de acumulação, lado a lado à pressão exercida pelo capital especulativo em vista da liberalização financeira, podem ser apontados como fatores limitadores de opções mais intervencionistas de cunho desenvolvimentista. Há que se tomar em conta também o fato de que a instabilidade cíclica que assolou os países latino-americanos ao final do ciclo desenvolvimentista do século XX, a dificuldade de se operar os ajustes estruturais no contexto de estagflação e os pífios resultados sociais das políticas de desenvolvimento contribuíram para a visão acerca da necessidade de medidas mais drásticas, de cunho fiscal, nas políticas de reformas para a região. O caso dos países do Leste Europeu, em vista da derrocada dos regimes comunistas, implicava o estímulo a reformas de mercado que puderam ser implementadas a partir de uma plataforma de desempenho muito mais elevada daqueles países no âmbito social. Os

países do Leste Asiático, não somente partiram de um patamar também mais elevado no que diz respeito a resultados sociais, fruto das políticas de reforma agrária implementadas no pós-guerra e de expansão das oportunidades educacionais, como também foram capazes de implementar as reformas de maneira mais controlada, coordenada e sistemática.

Assim sendo, o ritmo e a forma como foram implementadas as reformas orientadas ao mercado foram muito mais drásticos no caso dos países latino-americanos, a partir de uma crítica feroz ao passado desenvolvimentista, levando assim, à necessidade de uma ruptura radical com as políticas intervencionistas e protecionistas pregressas. Contudo, tanto a noção de um modelo desenvolvimentista uniforme, quanto a noção da adoção de um modelo neoliberal de cartilha em substituição ao primeiro, nos países latino-americanos, não se sustentam diante de um exame mais detalhado das políticas efetivamente em curso nos países da região. Tal exame revela variações importantes tanto nas políticas de desenvolvimento pregressas, quanto nas políticas de reforma em função das trajetórias de cada contexto onde o mesmo receituário de reformas foi aplicado, em função da natureza das instituições existentes em cada contexto e em função, finalmente, das respostas dos atores políticos e econômicos ao conjunto de fórmulas preconizadas. Tal combinação, balizada por fatores subjacentes no cenário internacional, foi apontada em algumas análises como determinante da vigência de diferentes resultados quanto às reformas neo-liberais adotadas na América Latina.

Em qualquer caso, ingressar numa trajetória de desenvolvimento implica a exploração de possibilidades que não necessariamente envolvem a ruptura radical com caminhos trilhados anteriormente. É precisamente essa a visão dos trabalhos mais recentes na linha da intervenção do Estado e das variedades de capitalismo (SOSKICE, 1999; HALL & SOSKICE, 2001; BOYER, 2005). No geral essa literatura afirma que é necessário levar em conta o efeito de políticas pregressas o que, no caso da América Latina, significa considerar o cenário pós-reformas de mercado. Ademais, essa literatura preconiza a importância de se romper com certas visões mais deterministas sobre a impossibilidade de se instaurar ciclos viciosos, como na linha de North (1998), a partir do aprisionamento de trajetórias institucionais não voltadas à eficiência.

A noção de vantagens institucionais comparativas constitui o cerne das argumentações na linha das variedades de capitalismo. Soskice e Hall (2001) utilizam a noção de regimes produtivos, definidos a partir de uma ótica da firma, em termos da possibilidade de difusão de informações, coordenação de atividades e estabelecimento de redes de relações dentro do quadro de incentivos dados por instituições de mercado. Os autores definem, então, uma distinção entre economias de mercado coordenadas e economias de mercado liberais em função de complementaridades institucionais que se estabelecem em termos da capacidade das firmas de empreenderem trocas de informações e do monitoramento de comportamento através de interação estratégica, relações industriais (barganhas salariais e condições de trabalho), treinamento vocacional e educação, governança corporativa (investidores), relações entre firmas (fornecedores e clientes) e empregados (cooperação). Os casos da Alemanha e dos Estados Unidos ilustrariam respectivamente uma economia centralmente coordenada e uma economia de coordenação liberal, mais efetivada a partir do mercado.

Algumas aplicações da perspectiva da variedade de capitalismo para o caso dos países latino-americanos nos remete novamente à questão do Estado, embora tratando de características da organização do setor empresarial. Desta forma, um trabalho recente (SCHNEIDER, 2004), explora o papel das associações empresariais de topo em termos de favorecer a coordenação e a implementação de políticas, situando os casos de países com centralização e abrangência da representação de interesses como exercendo um papel positivo (México, Chile e Colômbia) e os casos de fragmentação da estrutura como menos bem sucedidos nesta direção (Argentina e Brasil). Estudos mais recentes desse autor, resultado de pesquisas ainda em curso, identificam a ausência de complementaridades como o problema central na implementação de políticas mais intervencionistas no caso latino-americano, o qual pode ser considerado um tipo de capitalismo semi-articulado (alocação extra-mercado na organização de capital e tecnologia, versus alocação pelo mercado das dimensões do trabalho e de geração de capacidades).

A implementação de modelos historicamente testados envolvendo, sobretudo, a coordenação por parte do Estado é defendida por um outro autor que trabalha também com a perspectiva do Estado desenvolvimentista tendo por referência empírica os casos do Leste Asiático (CHANG, 2002, 2003). Este tipo de enfoque preconiza a necessidade

de políticas industriais em sentido restrito e seletivo, capazes de promover, como foi o caso na Coreia, uma relação extremamente coordenada e afinada entre os conglomerados industriais e a burocracia do Estado. A política industrial é apenas parte de um esforço intervencionista mais amplo envolvendo políticas de financiamento, apoio à pesquisa e desenvolvimento, além de relações horizontais, políticas regionais (para dentro) e de integração regional (para fora). A definição mais restrita de política industrial enfatiza a dimensão setorial, o papel do Estado como coordenador, e a adoção de políticas seletivas, embora as outras dimensões apontadas sejam complementares à atuação do Estado intervencionista.

O trabalho de Chang (2003) elabora severa crítica ao neoliberalismo, questionando a noção de livre mercado e também a idéia de que se pode livrar o mercado da política. A ênfase do autor, ao contrário, vai na direção da defesa da superioridade da política industrial na superação de falhas de coordenação, informação e, até mesmo, para coibir o *rent-seeking* através de supervisão e transparência das atividades da burocracia. Dando centralidade ao setor industrial como a atividade capaz de gerar valor agregado e promover o desenvolvimento tecnológico, Chang indica, em resumo, que a política industrial deve ser voltada ao favorecimento de indústrias promissoras, a criação de força de trabalho qualificada e o desenvolvimento de infra-estrutura e políticas regionais, numa acepção mais ampla do termo.

É importante ressaltar o significado de um outro trabalho na linha das variedades de capitalismo. Trata-se do livro de Huber (2002) sobre modelos de capitalismo o qual, além de incluir estudos que quebram com a visão estereotipada acerca da existência de um modelo liberal genérico por oposição a uma versão igualmente única de intervencionismo estatal, re-introduz a dimensão social como o cerne das políticas de desenvolvimento. Segundo essa autora, políticas sociais e políticas de crescimento econômico se reforçam mutuamente e somente através de políticas econômicas que contemplem o aspecto social poderá a América Latina instaurar um novo ciclo de desenvolvimento.

Cumprir destacar também a importância conferida a esforços de desenvolvimento no plano subnacional ou regional. Embora a questão das especificidades locais nem sempre autorizem a transposição de modelos de maneira automática, é certo que elementos

apontados nas análises anteriores ao nível de países podem ser também identificados como um fator de sucesso no plano regional. Tais elementos referem-se à relação de cooperação entre as elites econômicas locais e a atuação coordenada de diferentes segmentos da burocracia no sentido de definir estratégias de desenvolvimento. Em pelo menos dois trabalhos focalizando experiências brasileiras (TENDLER, 1997; MONTERO, 2001), num caso é destacada a importância do controle centralizado de experiências típicas de governança na área de políticas sociais e, no outro, a coordenação entre as esferas do planejamento estadual entre si como uma forma de se evitar que os recursos para atividades de desenvolvimento sejam apropriados pelos governadores para fins clientelísticos.

2.3) Sumário e conclusões:

A natureza e qualidade do intervencionismo estatal aparecem como dimensões centrais na discussão que se trava na literatura sobre as possibilidades de desenvolvimento no cenário da globalização. Contrastando com as abordagens que preconizam a primazia da regulação pelo mercado e a adoção de políticas neoliberais como o único caminho possível para viabilizar competitivamente distintas economias nacionais no contexto globalizado, outras perspectivas – entre as quais se destaca a escola das “variedades de capitalismo” e a “teoria da regulação”- enfatizam a existência de formas alternativas de economias de mercado coordenadas e outras modalidades de regulação. Como sugerem tais estudos, as vantagens comparativas institucionais asseguram modalidades de coordenação econômica que, por um lado ressaltam o papel estratégico do Estado e, por outro, das articulações deste com o setor privado para a adoção de políticas de desenvolvimento.

No que concerne ao papel do Estado, portanto, o debate no cenário da globalização pós-reformas de mercado tende a contrapor o possível enfraquecimento das instituições estatais e sua suplantação por instituições supra-estatais à definição de uma nova modalidade de intervencionismo como consequência e solução, respectivamente. Desta forma, uma vertente da literatura tem tratado de mostrar a importância do Estado no sentido de contrabalançar a atuação dos mecanismos de mercado e operar como alavanca do desenvolvimento. Na trilha dos estudos sobre o Estado desenvolvimentista que, em período mais recente, teve nos trabalhos de Peter Evans um impulso decisivo

com a noção de “autonomia inserida”, a sinergia Estado /setor privado é destacada como central na implementação de estratégias de desenvolvimento, tendo em vista a coerência do aparato burocrático, de um lado, funcionando em articulação com os grupos empresariais organizados do setor privado, de outro.

Um alto grau de capacidade estatal esteve na base da radical mudança que os países do Sudeste Asiático experimentaram em termos de uma melhoria de sua posição na divisão internacional do trabalho, permitindo afirmar que a lógica da globalização, antes de causar por si mesma o eclipse do Estado, seria dependente da existência de Estados-nação operando em bases territoriais delimitadas. A ascensão dos Tigres do Leste Asiático, embora não possa ser atribuída a um fator singular, é uma história, ao mesmo tempo, sobre a habilidade de burocratas criarem elites capitalistas orientadas ao mercado e uma história sobre a capacidade de mercados manterem burocracias estatais que, de outra maneira, poderiam se degenerar numa combinação de militarismo e predação, afirma Evans (2005) em trabalho mais recente. Neste estudo, o autor sugere um modelo de híbrido institucional que deve combinar três elementos em relativo equilíbrio: a capacidade burocrática, a capacidade de resposta aos sinais de mercado e ainda um terceiro, que teria aparecido mais tarde, é mais frágil, porém essencial, que é a democracia e os controles que se exercem de baixo para cima.

Certamente, a tarefa de singularizar os fatores institucionais que fazem diferença é bastante complexa, pois muitas vezes se sobrepõem outras variáveis de natureza política que determinam como os primeiros fazem diferença. Os sinais de mercado balizam a atuação do Estado mas não impossibilitam escolhas estratégicas; burocracias weberianas inibem, mas não eliminam o *rent-seeking* e a predação e, por fim, a democracia – mais frágil e recente dos controles no caso latino-americano, também define as regras que regem a composição das elites políticas e o seu campo de atuação, mas não garante automaticamente a transparência e prestação de contas nos interstícios eleitorais.

Tudo isso deixa muito claro que, para além da importância de certas instituições, é necessário identificar como elas podem fazer diferença. Assim é o caso, por exemplo, da existência de núcleos de concertação entre os setores público e privado como uma destas instituições. Assim é também o caso de outras condições geralmente identificadas

nos estudos, tais como a existência de agências voltadas ao fomento e à implementação de políticas setoriais e industriais. As políticas nessa área vão fundamentalmente depender da forma como são implementadas, do jogo político entre os atores que estão encarregados de executar as políticas e até mesmo da natureza das coalizões de governo que se logra estabelecer para o suporte a uma plataforma mais desenvolvimentista.

Em muitos aspectos, as limitações e os desafios que enfrentam hoje os países da América Latina são bastante semelhantes aos que se colocam para alguns países desenvolvidos, como por exemplo é o caso da própria União Européia: retração e limites ao estado de bem estar, flexibilização dos direitos do trabalho, moeda forte com câmbio sobrevalorizado, altos superávits primários, altas relações dívida pública/PIB, fuga de empresas e perda de postos de trabalho, tudo isso agravado pelos fluxos migratórios provenientes dos países menos desenvolvidos. Apesar disso, não apenas o desempenho dos países membros é bastante diferenciado. O próprio processo de integração teria sido o resultado do embate entre uma perspectiva mais favorável a mecanismos de coordenação pelo mercado no nível supranacional como forma de se isolar o impacto de interferências políticas, *versus* uma outra perspectiva mais favorável à coordenação centralizada como forma de se manter capacidades estatais e ao mesmo tempo se assegurar direitos sociais conquistados no plano nacional. Se no âmbito da UE como um todo o resultado foi uma síntese entre essas posições, no âmbito de países específicos observou-se, não apenas desempenhos muito variados, como também combinações de políticas pautadas por dosagens específicas segundo características dos seus respectivos regimes produtivos. Em outras palavras, existem assimetrias entre países integrantes de um mesmo conjunto e estas são precisamente indicativas de possibilidades diferenciadas no cenário da globalização, configurando “variedades de capitalismo”, formas híbridas que se combinam a trajetórias prévias na criação de capacidades institucionais.

No caso da América Latina observa-se uma variedade de situações segundo as trajetórias precedentes do período desenvolvimentista capitaneado pelo Estado e em função do tempo e da intensidade com que as reformas neoliberais incidiram sobre cada uma das rotas anteriores. No Chile, por exemplo, descortina-se uma modalidade de neoliberalismo com coordenação estatal; na Argentina, um neoliberalismo com

regressão produtiva e, no Brasil, a possibilidade de um modelo desenvolvimentista combinado a um liberalismo no plano macro-econômico.

Além disso, um dos aspectos centrais da agenda pós-neoliberal em termos de desafios do desenvolvimento, na atual etapa da globalização, se refere, não apenas aos aspectos econômicos, mas também às suas dimensões sociais e políticas. Deve-se salientar que foi precisamente a ênfase na dimensão social em termos de propostas de políticas de transferência de rendas e de inclusão de amplos segmentos excluídos (em linhas étnicas ou de outra natureza), um dos fatores subjacentes à guinada do eleitorado à esquerda em vários países da região, na medida em que essas eram componentes centrais e distintivos da plataforma dos candidatos de esquerda. A nova agenda ficou assim definida por uma preocupação com a retomada do crescimento num modelo de desenvolvimento no qual as políticas sociais assumem lugar estratégico, ainda que, mais fortemente em alguns dos países do que em outros, a manutenção e o compromisso com a estabilidade, no contexto altamente competitivo da globalização, limite sobremaneira os graus de liberdade para a implementação de políticas voltadas ao crescimento.

3.Objetivos e metodologia:

O objetivo central do presente projeto de pesquisa é especificar, na vertente proposta pela abordagem das variedades de capitalismo, as principais características dos regimes produtivos dos países da região atualmente, bem como identificar dimensões da suas respectivas trajetórias em termos do tempo de execução das reformas neoliberais, a natureza substantiva de alguns dos processos (como a privatização e reforma do Estado), elementos na trajetória pregressa do desenvolvimentismo que implicaram em legados importantes do ponto de vista de capacidades estatais, características do setor empresarial, seu padrão associativo e outras variáveis de ordem político-institucional vinculadas ao desempenho econômico apontadas na literatura em questão.

Outra preocupação central refere-se à sistematização de dimensões do contexto político que definem os limites institucionais dentro dos quais operam os diferentes governos da região na tentativa de implementar políticas voltadas ao desenvolvimento. Nesse sentido, objetiva-se levar em conta as principais características da matriz institucional dos países já produzida em trabalhos anteriores (ANASTASIA, MELO & SANTOS,

2004), bem como agregar outras dimensões referentes ao sistema partidário, às coalizões de governo e à presença de movimentos sociais, também um elementos importantes no caso de vários países da região.

Mais do que um projeto específico, a presente proposta de pesquisa constitui-se também numa agenda de trabalho capaz de aglutinar uma série de análises a partir de uma sólida abordagem teórica, numa perspectiva comparativa. Do ponto de vista metodológico, o que se propõe, para o caso de países específicos, é a possibilidade de se combinar uma análise longitudinal de cunho histórico com o exame de dimensões institucionais para se avaliar as maneiras em que estas últimas incidem sobre trajetórias diferenciadas, configurando diferentes cenários quanto às perspectivas de desenvolvimento. Em outras palavras, diferentes trajetórias (a história recente do período desenvolvimentista) constituem a base a partir da qual vão operar um conjunto bastante semelhante de intervenções tópicas (as reformas institucionais voltadas ao mercado) delimitando um campo para a atuação de novos governos, cujos instrumentos e margens de ação vão depender, por sua vez, de um conjunto de características institucionais e contextuais que pautam a governabilidade e, em última análise a natureza das políticas econômicas. Neste particular, procura-se reproduzir neste estudo, de maneira bastante menos ambiciosa, o tipo de orientação metodológica impressa pelos trabalhos de Rueschmeyer, Stephens &, Stephens (1992) sobre as relações entre desenvolvimento capitalista e instituições, nos quais se combina uma abordagem longitudinal com análises *cross section*. Em suma, procurando reproduzir a lógica da mudança institucional, trata-se de produzir um mapeamento sistemático de algumas características das modalidades de desenvolvimento capitalista e das condições relacionadas à implementação de uma agenda pós-neoliberal num conjunto de países da América Latina, compreendendo o período delimitado entre o final dos anos 1970 até o presente.

4. Especificação do projeto:

4.1) O projeto no âmbito das atividades do NEIC

Este projeto dá continuidade a uma linha de trabalho que em sendo desenvolvida por Renato Boschi no Núcleo de Estudos do Empresariado, Instituições e Capitalismo

(NEIC), por ele coordenado em conjunto com Eli Diniz (professora do Instituto de Economia da UFRJ e pesquisadora associada do IUPERJ). Criado em 2004, o Núcleo formaliza as atividades de pesquisa na área de Economia Política que vêm sendo conduzidas, há algum tempo, pelos coordenadores, focalizando o papel do empresariado e as condições de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Além de pesquisas, o NEIC constituiu-se em um fórum de debates sobre as mudanças recentes nos planos econômico, político e institucional e as perspectivas de formulação e consolidação de novas alternativas de desenvolvimento econômico no Brasil e tem organizado uma série de fóruns e seminários aglutinando pesquisadores que, em outras instituições, vêm trabalhando com esta temática. Os pesquisadores que integram o Núcleo são todos alunos do programa de doutorado do IUPERJ, incluindo uma equipe permanente composta de orientandos, além de outros alunos desenvolvendo suas pesquisas de tese em temas correlatos. Vários trabalhos já foram publicados em livros (Diniz & Boschi, 2004) e outro no prelo. Fóruns de debates envolvendo apenas a produção discente têm sido organizados em colaboração com outros laboratórios de pesquisa do IUPERJ (como o OPSA e o NECON) e alunos do DCP da UFMG. Desta forma, o atual projeto constitui, ao mesmo tempo, uma agenda de pesquisa específica e um “guarda-chuva” capaz de nuclear as atividades do NEIC e de seus integrantes em termos dos seus respectivos projetos. Pretende-se, nesta fase, não apenas a consolidação dos trabalhos do NEIC que têm concentrado sua atenção no caso do Brasil, como também a sua expansão numa linha de estudos comparados com foco específico na América Latina.

No decorrer dos próximos três anos, pretende-se empreender o mapeamento sistemático de uma série de dimensões, tal como abaixo especificadas, começando com um conjunto de países selecionados como Chile, Argentina, Brasil e México e, em seguida, expandindo para outros subconjuntos, como os países Andinos, os pequenos países do Cone Sul e, eventualmente, da América Central. O objetivo é montar uma base de dados que possa servir a análises na linha discutida acima, pelo proponente do projeto, bem como outros pesquisadores.

Pretende-se também empreender, de maneira mais sistemática do que vem sendo feito atualmente, um acompanhamento da conjuntura em temas de interesse focalizando empresários e políticas de desenvolvimento na América Latina. Estas atividades

poderão servir de subsídios para os debates internos, bem como para os fóruns periódicos de caráter interinstitucional.

4.2) Dimensões a serem mapeadas:

A matriz definitiva para a coleta dos dados será objeto de discussões para um refinamento posterior. Desta forma, as dimensões abaixo listadas são apenas indicativas e constituem um conjunto preliminar. A idéia é combinar dados estatísticos selecionados e informações de caráter qualitativo, possíveis de serem extraídos e sistematizados a partir da literatura e outras bases de dados. Para o caso de alguns países, alguns dados já foram sistematizados em trabalho de pesquisa em curso.

a) Trajetórias:

Características do modelo desenvolvimentista implementado: tempo de duração, início, características do setor exportador e do setor industrial, financiamento das atividades de desenvolvimento, existência de núcleos e agências de fomento, características do setor empresarial privado, padrão associativo, expansão do Estado no domínio produtivo.

Características do processo de reformas: reformas do Estado, privatizações (sua extensão e características), planos de estabilização, tempo de implantação e execução.

b) Características do regime produtivo no cenário pós-reformas: modalidades de financiamento das empresas, programas de treinamento e qualificação de mão de obra, padrão de relacionamento entre as empresas, associativismo empresarial, inovações tecnológicas, atividades de pesquisas e desenvolvimento no nível de empresas em setores estratégicos.

c) Características do padrão de intervencionismo estatal: modelo de regulação em vigor, atividades de coordenação, políticas industriais, setoriais ou de fomento, peso ponderado do setor industrial, características do setor exportador, recursos energéticos, infra-estrutura, políticas de desenvolvimento científico e tecnológico. Fontes de

financiamento a atividades de fomento. Arenas e núcleos de concertação entre o setor privado e o Estado, projeto de desenvolvimento.

d) Dimensões políticas: instituições políticas, com base em dados que a literatura já tem sistematizado sobre características do poder político, partidos, federalismo e outras relativas ao sistema de governo. Governabilidade (natureza das coalizões governamentais), movimentos sociais.

e) Políticas sociais: políticas focalizadas de redução da pobreza e desigualdade, políticas educacionais e políticas de saúde.

f) Estatísticas de desempenho macro-econômico

5) Bibliografia:

- ACUÑA, Carlos H. e SMITH, William C. (1994), *Latin American Political Economy in the Age of Neoliberal Reform*. New Brunswick/London, North-South Center, University of Miami.
- ANASTASIA, Fátima; MELO, Carlos Ranulfo F. de; e, SANTOS, Fabiano (2004). *Governabilidade e Representação Política na América do Sul*. São Paulo, Editora da UNESP/Fundação Konrad Adenauer.
- ARBIX, Glauco e NEGRI, João A. de. (2005). “Uma Nova Competitividade da Indústria e o Novo Empresariado: Uma Hipótese de Trabalho”. *São Paulo em Perspectiva*, Vol. 19, nº 2, Abr./Jun.
- ARRIGHI, G.; SILVER, B. J. e BREWER, B. (2003), “Industrial Convergence, Globalization and Persistence of the North-South Divide”. *Studies in Comparative International Development*, vol. 38, nº 1, pp. 3-31.
- BAIR, J. e PETERS, E. D. (2006), “Global Commodity Chains and Endogenous Growth: Export Dynamism and Development in Mexico and Honduras”. *World Development*, vol. 34, nº 2, pp. 203-221.
- BOCKMANN, J. e EYAL, G. (2002), “Eastern Europe as a Laboratory of Economic Knowledge: The Transnational Roots of Neo-liberalism”. *American Journal of Sociology*, vol. 108, nº 2, pp. 208-352.
- BOSCHI, Renato R. (2004) “Instituciones Políticas, Reformas Estructurales y Ciudadanía: Dilemas de la Democracia en Brasil”. *Política*. Santiago de Chile, Instituto de Asuntos Públicos, vol. 42.
- ___ e LIMA, M. R. S. (2002), “O Executivo e a Construção do Estado no Brasil: Do Desmonte da Era Vargas ao Novo Intervencionismo Regulatório”, in L. Werneck Vianna, *A Democracia e os Três Poderes no Brasil*. Belo Horizonte, Ed. UFMG/IUPERJ.
- BOYER, R. (2005), “How and Why Capitalisms Differ”. *Economy and Society*, vol. 34, nº 4, pp. 509-557.
- BRESSER PEREIRA, L. C. (1998), “La Reforma del Estado de los Años Noventa: Lógica y Mecanismos de Control”. *Desarrollo Económico – Revista de Ciencias Sociales*, Buenos Aires, vol. 38, nº 150, julio-septiembre, pp. 517-550.
- ___ (1998a), *Reforma do Estado para a Cidadania. A Reforma Gerencial Brasileira na Perspectiva Internacional*. Brasília, ENAP/Editora 34.
- ___ (1998b), “Um Novo Estado para a América Latina”. *Novos Estudos Cebrap*, nº 50, março, pp. 91-98.
- ___ (2000a), “A Reforma Gerencial do Estado de 1995”. *Revista de Administração Pública*, vol. 34, nº 4, pp.7-26.

- _____. (2005). “Proposta de desenvolvimento para o Brasil”. In Sicsú, João; Paula, Luis Fernando de e Michel, Renaut (orgs). *Novo-Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade*. São Paulo, Editora Manole.
- _____. (2006). “O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional”. Trabalho apresentado no GT 04, Desenvolvimento, Democracia e Instituições, XXX Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG, 24 a 28 de outubro.
- ____ e GRAU, N. C. G. (1999), “Entre o Estado e o Mercado: O Público Não-estatal”, in L. C. Bresser Pereira e N. C. G. Grau (orgs.), *O Público Não-Estatal na Reforma do Estado*. Rio de Janeiro, Editora da FGV.
- BRESSER PEREIRA, L. C. e SPINK, Peter (orgs.). (1998), *Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial*. Rio de Janeiro, Editora da FGV.
- BRITTAN, S. (1977), *Economic Consequences of Democracy*. London, Wildwood House.
- BUCHANAN, James & TULLOCK, Gordon (1962). *The Calculus of Consent*. Ann Arbor, The University of Michigan Press.
- CAMPBELL, J. L e PEDERSEN, O. K. (2001), *The Rise of Neoliberalism and Institutional Analysis*. Princeton, Princeton University Press.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1998), “A Reforma do Estado”, in L. C. Bresser Pereira e Spink (orgs.), *Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial*. Rio de Janeiro, Editora da FGV.
- CASTELLS, M. (1996), “Prologue: The Net and the Self”, in *The Rise of the Network Society*, Oxford, Blackwell Publishers, pp. 1-27.
- CHANG, Ha-Joon (2003). *Globalization, Economic Development and the Role of the State*. London: Zed Books.
- _____. (2002), *Kicking Away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective*. London, Anthem Press.
- COSTA, Wanda Maria Ribeiro (2006). Os Conselhos do CDES: Experimento sem Conclusão”. *Insight Inteligência*, nº 32, março.
- DAHL, Robert A. (1961), *Who Governs?* New Haven, Yale University Press.
- _____. (1971), *Polyarchy: Participation and Opposition*. New Haven, Yale University Press.
- DAVERIO, A. e MIDAGLIA, C. (2002), “Itinerario Institucional de las Reformas de Estado: El caso de las Políticas Sociales”, in *Uruguay: La Reforma del Estado y las Políticas Publicas en la Democracia Restaurada (1985-2000)*, Montevidéo, Ed. de la Banda Oriental, Instituto de Ciencia Política.
- DINIZ, E. e BOSCHI, R. (2004). *Empresários, Interesses e Mercado: Dilemas do Desenvolvimento no Brasil*. Belo Horizonte, Ed. UFMG.

- _____. (1998), A Reforma Administrativa no Brasil dos Anos 90: Projeto e Processo, trabalho apresentado no seminário *The Political Economy of Administrative Reforms in Developing Countries*, CIDE, México.
- DONER, Richard F. e SCHNEIDER, Ben R. (2000), “Business Associations and Economic Development: Why Some Associations Contribute More Than Others”. *Business and Politics*, vol. 2, nº 3.
- ELKINS, David. (1995), *Beyond Sovereignty: Territorial and Political Economy in the XXIst Century*. Toronto, The University of Toronto Press.
- ESPING-ANDERSEN, G. (1985), *Politics Against Markets: The Social Democratic Road to Power*. Princeton, Princeton University Press.
- _____. (1990), *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Princeton, Princeton University Press.
- EVANS, P. (1992), “The State as Problem and Solution: Predation, Embedded Autonomy, and Structural Change”, in S. Haggard e R. Kaufman (eds.), *The Politics of Economic Adjustment: International Constraints, Distributive Conflicts and the State*, Princeton, NJ, Princeton University Press, pp. 139-81.’
- _____. (1995), *Embedded Autonomy, States & Industrial Transformation*. Princeton, Princeton University Press.
- _____. (1997), “The Eclipse of the State? Reflections on Stateness in an Era of Globalization”. *World Politics*, Vol. 50, nº 1, pp. 62-87.
- _____. (2005), “Harnessing the State: Rebalancing Strategies for Monitoring and Motivation”, in M. Lange e D. Rueschemeyer (eds.), *States and Development: Historical Antecedents of Stagnation and Advance*. Palgrave: MacMillan.
- FIREBAUGH, G. e GOESLING, B. (2004), “Accounting for the Recent Decline in Global Income Inequality”. *American Journal of Sociology*, vol. 102, nº 2, pp. 283-312.
- FLEURY, Sonia. (1997), “Reforma Administrativa: Discutindo os Instrumentos”. *INDES/BID*, Washington, DC.
- _____. (2000), “Reforma del Estado”. *INDES/BID*, Washington, DC.
- FLIGSTEIN, Neil. (2001), *The Architecture of Markets: an Economic Sociology of Twenty-First Century Capitalist Societies*. Princeton, Princeton University Press.
- FOURCADE-GOURINCHAS, M. e BABB, S. (2002), “The Rebirth of the Liberal Creed: Neoliberal Transitions in England, France, Mexico and Chile”. *American Journal of Sociology*, vol. 108, nº 3, pp. 553-579.
- GAETANI, Francisco e HEREDIA, Blanca. (2003), “La Economía Política de la Reforma del Servicio Civil en Brasil: Los Años de Cardoso”, *BID*, Washington, DC.

- GEDDES, B. (1995) *Politicians Dilemma: Building State Capacity in Latin America*. Berkeley, University of California Press.
- GEREFFI, G. e WYMAN, D. (eds.). (1990), *Manufacturing Miracles Paths of Industrialization in Latin America and East Asia*. Princeton, Princeton University Press.
- GERSCHEKRON, A. (1962), *Economic Backwardness in Historical Perspective*. Cambridge, Harvard University Press.
- GOUREVITCH, P. (1986), *Politics in Hard Times*. Ithaca, Cornell University Press.
- GRANOVETTER, Mark. (1985), “Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness”. *American Journal of Sociology*, vol. 91, nº 3, november.
- HAAS, Peter M. (ed.), (1997), *Knowledge, Power, and International Policy Coordination*. Columbia, University of South Carolina Press.
- HAGGARD, S. (1990), *Pathways from the Periphery*. Ithaca, Cornell University Press.
- _____. (2004), “Institutions and Growth in East Asia”. *Studies in Comparative International Development*, vol. 38, nº 4, pp. 53-81.
- _____ e KAUFMAN, R. (eds.). (1992), *The Politics of Economic Adjustment*. Princeton, Princeton University Press.
- HALL, P. e SOSKICE, D. (2001), *Varieties of Capitalism: The Institutional Foundations of Comparative Advantage*. Oxford/New York, Oxford University Press.
- _____ e TAYLOR, R. (1996), “Political Science and the Three New Institutionalisms”. *Political Studies*, vol. XLIV.
- HAYEK, F. A. (1979), *The Road of Serfdom*. Londres, Routledge & Kegan Paul.
- HELD, D. e MCGREW, A. (2002), *Globalization/Anti-Globalization*. London, Polity.
- HELD, David. (1995), *Democracy and the Global Order*. Cambridge, The Polity Press.
- HENISZ, W. J., ZELNER, B. e GUILLÉN, M. F. (2005), “The Worldwide Diffusion of Market-Oriented Infrastructure Reform, 1977-1999”. *American Sociological Review*, vol. 70, nº 6, pp. 871-897.
- HENRÍQUEZ, Haydée Ochoa. (2003), *Gobernaciones y Nueva Gestión Pública en Venezuela*. Brasília, ENAP.
- HIRSCHMAN, Albert O. (1958), *The Strategy of Economic Development*. New Haven, Yale University Press.
- _____. (1992), *A Retórica da Intransigência: Perversidade, Futilidade, Ameaça*. São Paulo, Companhia das Letras.

- HOLLINGWORTH, J. R., SCHMITTER, P.C. e STREECK, W. (eds.). (1994), *Governing Capitalist Economies: Performance and Control of Economic Sectors*. Oxford, Oxford University Press.
- HUBER, E. (ed.). (2002), *Models of Capitalism: Lessons or Latin America*. Pennsylvania, University Park.
- ___ e STEPHENS, J. D. (2001), *Development and Crisis of the Welfare State: Parties and Policies in Global Markets*. Chicago, The University of Chicago Press.
- INGRAM, P.; ROBINSON, J. e BUSCH, M. L. (2005), “The Intergovernmental Network of World Trade: IGO Connectedness, Governance, and Embeddedness”. *American Journal of Sociology*, vol. 111, nº 3, pp. 824-858.
- KATZENTSTEIN, Peter J. (1985), *Small States in World Markets: Industrial Policy in Europe*. Ithaca, Cornell University Press.
- KAUFMAN, Robert R. (1998), “A Política da Reforma do Estado: Um Exame de Abordagens Teóricas”. *Revista do Serviço Público*, ano 49, nº 1, jan-mar, pp. 43-69.
- KAUL, I. et alii. (2003), *Providing Global Public Goods: Managing Globalization*. Oxford/New York, Oxford University Press.
- KITSCHOLT, H., LANGE, P, MARKS, G. e STEPHENS, J. D. (1999). *Continuity and Change in Contemporary Capitalism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KNIGHT, J. (2001), “Explaining the Rise of Neoliberalism: Mechanisms of Institutional Change”, in J. L. Campbell e O. K. Pedersen, *The Rise of Neoliberalism and Institutional Analysis*. Princeton, Princeton University Press.
- KRASNER, Stephen D. (1983), *International Regimes*. Ithaca, Cornell University Press.
- KRUEGER, A. (1974), “The Political Economy of Rent-Seeking Society”. *American Economic Review*, vol. 64, nº 3.
- KUCZINSKY, Pedro-Pablo e WILLIAMSON, John. (2004), *Depois do Consenso de Washington: Retomando o Crescimento e a Reforma na América Latina*. São Paulo, Ed. Saraiva.
- KURT, M. (2001), “State Developmentalism without a Developmentalist State: The Public Foundations of the ‘Free-Market Miracle’ in Chile”. *Latin American Politics and Society*, vol. 43, nº 2, pp. 1-25.
- LAGE, Ana Benvinda. (2002), “A Experiência de Reforma nos Estados”. Brasília, Ministério do Planejamento, SEGES.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando. (1996), “Economia e Política na Reforma do Estado”. *Lua Nova*, nº 37, pp. 77-92.
- LECHNER, Norbert. (1996), “Reforma do Estado e Condução Política”. *Lua Nova*, nº 37, pp. 33-56.

- LEMBRUCH, Gerhard e SCHMITTER, Philippe C. (eds.). (1982), *Patterns of Corporatist Policy-Making*. London, Sage Publications.
- LOWI, Theodore (1964) “American Business, Public Policies, Case Studies and Political Theory”. *World Politics*, vol. XVI, nº 4.
- MAINWARING, S. e SHUGART, M. eds. (1997). *Presidentialism and Democracy in Latin America*. Cambridge, Cambridge University Press.
- MANN, Michael. (1999), “Has Globalization ended the rise and rise of the Nation-State?”, in T. V. Paul e John A. Hall (eds.), *International Order and the Future of World Politics*. Cambridge, Cambridge University Press.
- MELO, Marcus André. (1999), “Reforma do Estado e Mudança Institucional: A Agenda de Pesquisas nas Décadas de 80 e 90”, in *Reforma do Estado e Mudança Institucional no Brasil*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, pp. 13-32.
- ___ e COSTA, Nilton do Rosário. (1995), “A Difusão das Reformas Neoliberais: Análise Estratégica, Atores e Agendas Internacionais”, in E. Reis e P. Fry, *Pluralismo, Espaço Social e Pesquisa*. São Paulo, Hucitec/ANPOCS, cap. 7, pp. 153-176.
- MENZ, G. (2003), “Re-regulating the Single Market: National Varieties of Capitalism and their Responses to Europeanization”. *Journal of European Public Policy*, vol. 10, nº 4, pp. 532-555.
- MEYER, J. W. *et alii*. (1997), “World Society and the Nation State”. *American Journal of Sociology*, vol. 103, nº 1, pp. 144-181. [Academic Search Premier, Business Search Premier, or University of Chicago Press].
- MILIBAND, Ralph. (1970), *O Estado na Sociedade Capitalista*. Rio de Janeiro, Zahar.
- MONTERO, A. P. (2001), “Elaboração de Políticas Econômicas em Nível Subnacional no Brasil: Uma Colcha de Retalhos”, in A. A. Abreu (org.), *Transição em Fragmentos: Desafios da Democracia no Final do Século XX*, Rio de Janeiro, FGV Editora.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. (1997), “A Crise da Gestão Pública: Do Reformismo Quantitativo a um Caminho Qualitativo de Reforma do Estado”. *Cadernos FUNDAP*, nº 21, pp. 6-27.
- NORTH, D. (1990), *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge, Cambridge University Press.
- ___ (1998), “Economic Performance Through Time”, in M. C. Brinton e V. Nee, *The New Institutionalism in Sociology*. Stanford, Stanford University Press.
- ___ (2005), *Understanding the Process of Economic Change*. Princeton, Princeton University Press.
- O’CONNOR, James (1973), *The Fiscal Crisis of the State*. New York, St Martins Press.

- OFFE, C. (1981), “The Attribution of Public Status to Interest Groups”, in BERGER, S. (ed.), *Organizing Interests in Western Europe*. Cambridge, Cambridge University Press.
- OLSON, M. (1965), *The Logic of Collective Action*. New York, Schoken.
- _____. (1982), *The Rise and Decline of Nations*. New Haven, Yale University Press.
- _____. (1986), “A Theory of Incentives Facing Political Organizations: Neo-corporatism and the Hegemonic State”. *International Political Science Review*, vol. 7, n° 2.
- OSBORNE, D. e GAEBLER, Ted. (1992), *Reinventing Government: How the Entrepreneurial Spirit Is Transforming the Public Sector from Schoolhouse to Statehouse, City Hall to the Pentagon*. Reading, MA, Addison Wesley.
- PACHECO, Regina Silvia. (1999), “Reformando a Administração Pública no Brasil: Eficiência e Accountability Democrática”, in M. A. Melo, *Reforma do Estado e Mudança Institucional no Brasil*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco.
- PIERSON, P. (1995), *Dismantling the Welfare State?* Cambridge, Cambridge University Press.
- _____. (2001) *The New Politics of the Welfare State*. Oxford, Oxford University Press.
- PINHEIRO, Armando C. e SCHNEIDER, Ben R. (1994), “The Fiscal Impact of Privatization in Latin America”. *Quarterly Review of Economics & Finance*, 34, summer, pp. 9-42.
- POLANYI, K. (1944), *The Great Transformation*. Boston, Beacon Press.
- PORTES, A. (1997), “Neoliberalism and the Sociology of Development: Emerging Trends and Unanticipated Facts”. *Population and Development Review*, vol. 23, n° 2, pp. 229-259.
- POULANTZAS, Nicos. (1972), *Pouvoir Politique et Classes Sociales*. Paris, Maspero.
- PRZEWORSKI, A. (1985) *Capitalism and Social Democracy*. Cambridge, Cambridge University Press.
- _____. (1991), *Democracy and the Market, Political and Economic Reforms in Eastern Europe and Latin America*. New York, Cambridge University Press.
- _____. (1996), “Reforma do Estado: Responsabilidade Política e Intervenção Econômica”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n° 32, pp.18-40.
- PRZEWORSKI, Adam; LIMONGI, Fernando; CHEIBUB, José Antônio & ALVAREZ, Michael (2000) *Democracy and Development: Political Institutions and Well-Being in the World, 1959-1990*. New York, Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- REZENDE, Flávio da Cunha. (2002), “As Reformas e as Transformações no Papel do Estado: O Brasil em Perspectiva Comparada”, in F. Abrucio e M. R. Loureiro (orgs.), *O*

- Estado numa Era de Reformas: Os Anos FHC*. Brasília, MP, SEGES, Parte 1, pp. 163-207.
- RHODES, R.A.W. (1991), "The New Public Management". *Public Administration*, vol. 69, nº 1, spring, entire issue.
- RUESCHEMEYER, Dietrich, STEPHENS, Evelyne Huber e STEPHENS, John D. (1992), *Capitalist Development & Democracy*. Chicago, University of Chicago Press.
- RUGGIE, J. R. (1998), "What Makes the World Hang Together?". *International Organization*, vol. 52, pp. 855-887.
- _____. (2004), "Reconstituting the Global Public Domain: Issues, Actors and Practices". *European Journal of International Relations*, vol. 10, nº 4, pp. 499-531.
- SABATIER, Paul A. e JENKINS-SMITH, Hank C. (1999), "The Advocacy Coalition Framework: An Assessment", in P. A. Sabatier (ed.), *Theories of the Policy Process*, Boulder, CO, Westview Press.
- SCHARPF, F. (1991), *Crisis and Choice in European Social Democracy*. Ithaca, Cornell University Press.
- SCHMITTER, P. C. e LEMBRUCH, G. (eds.) (1979), *Trends Toward Corporatist Intermediation*. Beverly Hills & London, Sage Publications.
- SCHNEIDER, Ben R. (1995), "El Abrazo Esquivo: Sinergia entre el Sector Privado y el Estado en los Países de Industrialización Reciente". *Política y Gobierno*, vol. 2, nº 1.
- _____. (2004), *Business Politics and the State in Twentieth Century Latin America*. Cambridge, Cambridge University Press.
- _____. (2004a). "Varieties of Semi-articulated Capitalism in Latin America". Paper presented at the APSA meeting. Chicago. *Mimeo*.
- _____ e HEREDIA, B. (eds.). (2002), *Reinventing Leviathan: The Politics of Administrative Reform in Developing Countries*. Miami, North South Center.
- SCHNEIDER, Ben R. e MAXFIELD S. (eds.). (1997), *Business and the State in Developing Countries*. Ithaca/London, Cornell University Press.
- SCHUMPETER, Joseph A. (1950), *Capitalism, Socialism and Democracy*. New York, Harper and Row.
- SENGHAAS, D. (1985). *The European Experience – A Historical Critique of Development Theory*. Leamington Spa, Berg Publishers.
- SHEAHAN, J. (1987), *Patterns of Development in Latin America: Poverty, Depression and Economic Strategy*. Princeton, Princeton University Press.
- SHONFIELD, A. (1965) *Modern Capitalism*. Oxford, Oxford University Press.

- SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de e MICHEL, Renaut (orgs.) (2005). *Novo-Desenvolvimentismo: Um Projeto Nacional de Crescimento com Equidade Social*. São Paulo: Manole, Konrad Adenauer Stiftung.
- SILVA, Eduardo. (1996). *The State and Capital in Chile: Business Elites, Technocrats, and Market Economics*. Boulder, Colorado: Westview.
- SILVA, Pedro Luiz Barros. (1998), “Reforma do Estado e Política Social no Brasil: Êxitos, Problemas e Desafios da Coordenação Intergovernamental”. *Caderno de Pesquisa*, nº 31, NEEP-UNICAMP, Campinas, pp. 3-24.
- SILVER, B. J. e ARRIGHI, G. (2003), “Polanyi's “Double Movement”: The *Belle Époque* of British and U.S. Hegemony Compared”. *Politics & Society*, vol. 31, nº 2, pp. 325-355.
- SKOCPOL, T. (1985), “Bringing the State Back In”, in P. Evans, D. Rueschmeyer e T. Skocpol (eds.), *Bringing the State Back In*. Cambridge, Cambridge University Press.
- ___ e AMENTA, E. (1986) “States and Social Policies”. *Annual Review of Sociology*, vol. 12.
- SMITH, W., ACUÑA, C. e GAMARRA, E. (eds.). (1994), *Latin American Political Economy in the Age of Neoliberal Reform, Theoretical and Comparative Perspectives for the 1990s*. New Brunswick/London, Transaction Publishers.
- _____. (1993), *Democracy, Markets, and Structural Reform in Latin America: Argentina, Bolivia, Brazil, Chile, and México*. New Brunswick/London, North-South Center, University of Miami.
- SOSKICE, D. (1999), “Divergent Production Regimes: Coordinated and Uncoordinated Market Economies in the 1980's and 1990's”, in H. Kitschelt, P. Lange, G. Marks e J. D. Stephens, *Continuity and Change in Contemporary Capitalism*. Cambridge, Cambridge University Press.
- SPRUYT, H. (1994), *The Sovereign State and its Competitors*. Princeton, Princeton University Press.
- STALLINGS, Barbara. (1992), “International Influence on Economic Policy”, in S. Haggard e R. Kaufman (eds.), *The Politics of Economic Adjustment*. Princeton, Princeton University Press.
- STIGLER, G. (1975), *The Citizen and the State*. Chicago, University of Chicago Press.
- STOKES, Susan (2001). *Mandates and Democracy: Neoliberalism by Surprise in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press.
- STONE, D. (2001), “The Policy Research Knowledge Elite and Global Policy Processes”, in D. Josselin e W. Wallace (eds.), *Non-State Actors in World Politics*. Houndmills/New York, Palgrave.
- _____. (2002), “Introduction: Global Knowledge and Advocacy Networks”. *Global Networks*, vol. 2, nº 1, pp. 1-11.

- TENDLER, Judith. (1997), *Good Government in the Tropics*. Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- THELEN, K. e STEINMO, S. (1992), "Historical Institutionalism in Comparative Politics", in S. Steinmo, K. Thelen e F. Longstreth (eds.), *Structuring Politics: Historical Institutionalism in Comparative Analysis*. Cambridge, Cambridge University Press.
- TILLY, Charles. (1990), *Coercion, Capital, and European States, A.D.990-1990*. Oxford, Blackwell.
- VÁRIOS AUTORES (2004). "Balance de las Democracias Latinoamericanas: Incertidumbre y Procesos de Consolidación". IN *Politica*. Santiago de Chile, Instituto de Asuntos Públicos, vol. 42.
- VERDERY, K. (2005) [1996], "What Was Socialism, and Why Did It Fall?", in M. Edelman e A. Haugerud (eds.), *The Anthropology of Development and Globalization*. Oxford, Blackwell Publishers.
- WADE, R. H. (2004), "Is Globalization Reducing Poverty and Inequality?". *World Development*, vol. 32, n° 4, pp. 567-589.
- WADE, Robert (1992). "East Asia's Economic Success: Conflicting Perspectives, Partial Insights, Shaky Evidence". IN *World Politics*, Vol. 44, January, pp. 270-320.
- WALLERSTEIN, I. (1974), "The Rise and Demise of the Capitalist World System". *Comparative Studies in Society and History*, vol. 16, n° 4, pp. 387-415.
- WEYLAND, Kurt. (2002), *The Politics of Market Reforms in Fragile Democracies: Argentina, Brazil, Peru, and Venezuela*. Princeton, Princeton University Press.
- _____. (2004). "Neoliberalism and Democracy in Latin America: A Mixed Record". IN *Latin American Politics and Society*, Vol. 46, n° 1.
- WEYLAND, Kurt (ed.). (2004), *Learning from Foreign Models in Latin American Policy Reform*. Washington, D.C., Woodrow Wilson Center Press.
- WILLIAMSON, J. (1993). "Democracy and the Washington Consensus" IN *World Development*, vol. 21, n° 8.
- WILLIAMSON, O. (1985), *The Economic Institutions of Capitalism*. New York, The Free Press.
- World Development Report 2006: Equity and Development*.